

constrangimento ilegal, porquanto a segregação processual do paciente encontrase despida de fundamentação idônea e amparada na mera gravidade abstrata dos delitos, sem demonstração concreta do *periculum libertatis*, o que violaria o art. 312 do CPP.

Alegam que não estão presentes os requisitos autorizadores da medida extrema, afirmando que não há contemporaneidade dos motivos ensejadores da custódia cautelar e que o paciente possui condições pessoais favoráveis, o que tornaria suficientes medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP.

Argumentam haver excesso de prazo para a formação da culpa, registrando que a custódia já perdura por 327 dias e que o atraso não foi causado pela defesa, invocando também a garantia da razoável duração do processo.

Defendem, ainda, a ausência de indícios suficientes de autoria e materialidade, afirmando existir fragilidade dos elementos informativos utilizados para a decretação e manutenção da prisão preventiva, como depoimentos e registros fotográficos, sem outras provas que indiquem participação efetiva do paciente.

Requerem, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão cautelar, ainda que mediante a aplicação de medidas cautelares alternativas não prisionais.

É o **relatório**.

Decido.

Em cognição sumária, não se verifica a ocorrência de manifesta ilegalidade ou urgência a justificar o deferimento do pleito liminar.

À primeira vista, o acórdão impugnado não se revela teratológico, o que, de todo modo, poderá ser mais bem avaliado por ocasião do julgamento definitivo do *writ*.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeiro grau, as quais deverão ser prestadas, preferencialmente, por malote digital e com senha de acesso para consulta aos autos, no prazo de 10 dias.

Remeta-se o processo ao Ministério Público Federal para parecer. Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 26 de janeiro de 2026.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Documento eletrônico VDA53693273 assinado eletronicamente nos termos do Art.1º §2º inciso III da Lei 11.419/2006
Signatário(a): LUIS FELIPE SALOMÃO Assinado em: 26/01/2026 09:35:27
Publicação no DJEN/CNJ de 28/01/2026. Código de Controle do Documento: 37e95863-9556-4c4c-ac8f-900517f8040b